

PREFÁCIO¹

Um pequeno grande livro

Quarenta e cinco anos depois de publicado, *Do capitalismo e do socialismo* é reeditado em Portugal e no Brasil.²

Um leitor desavisado pode talvez debitar ambas as reedições ao prestígio do autor. Este prestígio é indiscutível: com efeito, António José Avelãs Nunes, nascido na pequena cidade de Pinhel (na região da Beira Alta) em dezembro de 1939, é um dos intelectuais portugueses mais respeitados³, conhecido para muito além das fronteiras lusitanas – inclusive no Brasil, cujos meios jurídicos e instituições frequentemente o recebem em missões de natureza acadêmica e entre os quais é altamente credibilizado.⁴ Mas, como veremos, não é esse prestígio incontestado que responde pela reedição deste livro.

¹ Prefácio do Prof. Doutor José Paulo Netto (Professor Emérito da UFRJ), à 2ª edição brasileira de *Do Capitalismo e do Socialismo – Polémica com Jan Tinbergen, Prémio Nobel da Economia*, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2017.

² A publicação original do material contido nos textos que adiante referirei, sob a forma de livro, fez-se em Coimbra, em setembro de 1972; saiu há pouco a sua reedição em Lisboa (ed. Página a Página, 2017). No Brasil, uma primeira edição veio à luz em 2008, pela Fundação Boiteux (Florianópolis).

³ Para aferir o respeito intelectual de que Avelãs Nunes goza, cf. a homenagem que a Universidade de Coimbra prestou ao seu eminente professor, dedicando a ele os três tomos (3.461 páginas) do volume LVII do cinquentenário *Boletim de Ciências Económicas*, editados por ela em 2014.

⁴ Note-se que, já antes da homenagem a Avelãs Nunes referida na nota anterior, personalidades do mundo jurídico brasileiro haviam manifestado o seu grande apreço ao mestre português – cf. Vv. Aa., *Liber Amicorum. Homenagem ao Prof. Doutor António José Avelãs Nunes* (Coimbra/São Paulo, Coimbra Editora e Revista dos Tribunais, 2009).

Lembre-se que Avelãs Nunes, entre outras honorarias acadêmicas brasileiras, recebeu o título de doutor *honoris causa* das Universidades Federais do Paraná, de Alagoas e da Paraíba; é membro correspondente da Academia Brasileira de Direito Constitucional e da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, vice-presidente da direção do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro e participa de conselhos editoriais de várias revistas jurídicas de universidades brasileiras (Universidade de São Paulo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Ceará).

Formado em Direito em Coimbra, em 1962, Avelãs Nunes viu dificultada pela polícia política (Pide) a sua contratação como docente da Faculdade de Direito de Coimbra (só viria a ser contratado em janeiro/1967). Avelãs Nunes nunca se omitiu na luta contra a ditadura salazarista, combateu-a corajosamente e, por isto mesmo, logo depois da *Revolução dos Cravos* (25/abril/1974) exerceu altas funções de Estado nos primeiros cinco governos posteriores à Revolução.

Depois da sua contratação como docente da *Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra* (na qual desenvolveu toda a sua atividade docente), foi pesquisador-bolsista da *Fundação Calouste Gulbenkian* (Lisboa) e, posteriormente, na mesma condição, estagiou no *Institut de Science Économique Appliquée* (Paris), sob a orientação de François Perroux. Em razão do seu envolvimento na vida política depois da *Revolução dos Cravos*, só em 1984 viria a concluir o seu doutoramento.⁵

A Faculdade de Direito de Coimbra, da qual se tornou catedrático de Economia Política em 1995, foi o espaço privilegiado da ação de Avelãs Nunes – por quase meio século, sem interrupção do seu exercício docente. Foi ali que ele ascendeu, mediante concursos públicos, aos vários níveis da carreira docente, tendo ocupado, entre 2003 e 2009 (ano da sua jubilação), o cargo de Vice-Reitor da mais antiga universidade portuguesa. E cabe observar que a sua aposentadoria, ao fim da primeira década do século XXI, não o afastou das lides universitárias nem reduziu sua intervenção teórica.

Esse longo ativismo no âmbito da formação de juristas, desenvolvido na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, explica por que, no Brasil, Avelãs Nunes é sobretudo conhecido pelos estudiosos da área do Direito; contudo, é preciso enfatizar que, nos mais de quatro decênios do seu

⁵ Observe-se que a tese por ele apresentada tinha por objeto o Brasil: *Industrialização e Desenvolvimento. A Economia Política do 'Modelo Brasileiro de Desenvolvimento'* – esta excelente e rigorosa análise, tão apreciada por Celso Furtado, do “modelo econômico” da ditadura brasileira foi tardiamente publicada entre nós (cf., sob o mesmo título: S. Paulo: Quartier Latin, 2005).

magistério, seu campo de pesquisa e docência tenha sido a Economia Política. Numa página de 2016, Avelãs Nunes esclareceu a razão deste magistério: “Preocupado em ajudar a formar bons juristas, entendia (e continuo a entender) que não é possível compreender o Direito, como produto social e como produto do Estado, sem conhecer e compreender a evolução econômica das sociedades capitalistas e a história das idéias econômicas [...] Procurava ajudar os meus alunos a acompanhar a evolução da ciência econômica desde o seu aparecimento, com o capitalismo, como *ciência da burguesia* (que ajudou a dissolver a sociedade feudal e a consolidar a nova ordem burguesa), até nossos dias”. Porque vinculada ao seu magistério, a sua extensíssima obra – de fato, um incontável acervo de ensaios, conferências, artigos e livros de amplo fôlego – é predominantemente um largo elenco de contribuições à teoria, à história e à crítica da Economia Política. E só agora, nos últimos anos, no Brasil, a influência das suas ideias, neste domínio, em que seu saber se demonstra notável, ganha maior difusão. Em nosso país, repercutem algumas de suas produções voltadas para a Economia Política – em especial um de seus livros mais bem realizados, o relevante *Uma Introdução à Economia Política*.⁶

Cumprir notar que, tendo na academia o eixo da sua vida, Avelãs Nunes nunca limitou as suas preocupações ao conforto fácil do academicismo. Marxista de sólida formação, participou de lutas estudantis quando jovem e seus posteriores embates teóricos sempre se conduziram com

⁶ Editado por Quartier Latin (S. Paulo, em 2007); também aqui veio a público *Os trabalhadores e a crise do capitalismo* (Florianópolis: Empório do Direito, 2016). E circulam entre nós alguns outros livros seus: *Uma volta ao mundo das ideias econômicas. Será a Economia uma ciência?* (Coimbra: Almedina, 2008); *Noção e Objeto da Economia Política* (1ª edição, 1996; 3ª edição, Coimbra: Almedina, 2013); *O estado capitalista e as suas máscaras*, Lisboa, Editora Página a Página (1ª edição, 2012; 3ª edição, 2013) e Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013; *O neoliberalismo não é compatível com a democracia*, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris e Faculdade Guanambi Editora, 2016; *QUO VADIS, EUROPA?*, São Paulo, Editora Contracorrente, 2016; *As origens da ciência econômica. Fisiocracia, Smith, Ricardo, Marx* (Lisboa: Página a Página, 2016; Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2017); *A REVOLUÇÃO FRANCESA – As Origens do Capitalismo – A Nova Ordem Jurídica Burguesa*, Belo Horizonte, Editora Fórum, 2017. Menos conhecido, lamentavelmente, é o seu substantivo, fundamental mesmo, ensaio teórico-crítico *O keynesianismo e a contra-revolução monetarista* (1ª edição, 1991; reeditado em 2016 pela Editora Página a Página).

um claro comprometimento com os ideais da democracia e do socialismo. Sem nunca confundir ou identificar os diferentes espaços da elaboração teórica e os da intervenção político-partidária, ele soube/sabe ser um intelectual fiel aos objetivos da produção/difusão do conhecimento e um cidadão comprometido com a luta socialista. O pequeno – diga-se desde já: pequeno apenas em extensão – livro que o leitor tem em mãos é uma prova cabal do que se acaba de afirmar.

Vejamos um pouco da sua história.

Um jornal de província – em Portugal, a imprensa regional já gozou de importância –, o *Jornal do Fundão*, criado em 1946 por António Paulouro no Fundão, distrito de Castelo Branco, publicou, em fevereiro de 1969, uma entrevista de Jan Tinbergen (1903-1994), social-democrata holandês que, em outubro daquele ano, dividiria com o norueguês Ragnar Frisch (1895-1973) o primeiro Prêmio Nobel de Economia. O *Jornal do Fundão* era bastante conhecido; contava com um suplemento literário altamente qualificado⁷ e se confrontara com o regime de Salazar em 1965, quando desobedeceu as ordens da censura fascista em face do “caso Luandino Vieira”⁸ – o velho ditador impôs a interdição do *Jornal do Fundão* por seis meses. A entrevista de Tinbergen, concedida a um gestor empresarial com fumaças intelectuais (Pereira Ramos), saiu, pois, em veículo que dispunha de um público que não se enganava quanto à fonte a que recorria.

Tinbergen, sexagenário, acadêmico qualificado entre outras razões pelo seu contributo à constituição da Econometria e teórico político-social com franco e sincero posicionamento e militância social-democrata desde

⁷ O seu suplemento foi dirigido pelo crítico Alexandre Pinheiro Torres (1923-1999), que o fascismo português obrigou ao exílio e que fez brilhante carreira na Universidade de Cardiff/Gales.

⁸ Luandino Vieira (pseudónimo de José Vieira Mateus da Graça, nascido em 1935), reconhecida figura seminal da literatura angolana, combatente das fileiras do *Movimento Popular de Libertação de Angola*/MPLA, estava condenado e preso no campo do Tarrafal quando a *Sociedade Portuguesa de Escritores*/SPE, então presidida pelo grande crítico Jacinto do Prado Coelho (1920-1984), concedeu-lhe o Prêmio Castelo Branco pelo seu livro *Luanda*. Imediatamente, veio a reação salazarista: fascistas depredaram a sede da SPE e a instituição foi extinta; a censura fascista exigiu o silêncio da imprensa e a qualificação de Luandino como “criminoso”.

1923, com larga experiência em instituições estatais e supra-estatais, era já prestigiada personalidade europeia (e não só, dada a sua atuação como consultor econômico “países em desenvolvimento”).⁹ A premiação sueca, oficializada em outubro de 1969, coroava uma trajetória intelectual e política das mais sérias e tornava seu nome mundialmente conhecido. A sua entrevista publicada pelo *Jornal do Fundão* (cujo texto se reproduz no presente livro) repercutiu nos meios portugueses, seja pela recente premiação, seja, especialmente, por sintetizar a visão que um amplo espectro de social-democratas tinha da conjuntura europeia daquele final de década (visão que se fazia sentir em Portugal).¹⁰

Pois bem: Avelãs Nunes, então chegando aos trinta anos e desde Coimbra, tomou a peito replicar às ideias expendidas por Tinbergen. Em artigo publicado em julho de 1970 (também reproduzido adiante), firmado com a rubrica A. A. no número 318 de *Vértice*¹¹, o jovem acadêmico confronta-se, polida e prudentemente, com o Prêmio Nobel. A polidez faz parte da personalidade de Avelãs Nunes; já a prudência era um imperativo para publicar em tempos de censura prévia... Mas nem uma nem outra afetaram a pertinência das reservas que o ousado jovem intelectual tecia em torno do pensamento do recém-agraciado com o Prêmio Nobel. E tanto que

⁹ A importância de Tinbergen no âmbito da economia pode ser aferida em páginas de Thomas Karier, *Intellectual Capital – Forty years of the Nobel Prize in Economics* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010) e, especificamente, no ensaio de Albert Jolink, *Jan Tinbergen: the statistical turn in Economics* (Rotterdam: Chimes, 2013). Não são poucos os autores que o designam como “o pai da econometria”. E não se esqueça que, ao fim da década de 1930, ele já gozava de destaque significativo, a ponto de suscitar críticas de Keynes (cf. Rafael Galvão de Almeida, “O debate Keynes-Tinbergen: relato histórico de uma controvérsia sobre a origem da econometria”. *Revista Economia Ensaios*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 29, dez./2014).

¹⁰ Em Portugal, à época, a social-democracia, bem no sentido como a pensava Tinbergen, ainda não se constituía em partido político: a ditadura salazarista sempre impedira organizações partidárias que não a da legitimação do regime (a liberdade partidária só veio com a *Revolução dos Cravos*) – até 1974, o único partido, que resistia sob dura clandestinidade, era o *Partido Comunista Português/PCP*, fundado por operários a 6 de março de 1921 e sempre no combate ao regime do “Estado Novo” de Salazar. Mas parte da oposição não comunista, aliás débil, já incorporava posições social-democratas, através da *Ação Socialista Portuguesa/ASP*, criada no exílio em 1964; a ASP foi o embrião do *Partido Socialista Português/PSP*, criado também no exílio em 1973.

¹¹ Esta revista coimbrã, fundada em 1942, a partir de 1945 ergueu-se como um órgão da resistência ao salazarismo. Enfrentando o regime com alta qualificação intelectual, *Vértice*, que até hoje se publica, constituiu um firme e eficiente instrumento de luta contra o obscurantismo patrocinado por Salazar.

Tinbergen, surpreendentemente, inclinou-se a uma réplica, intitulada “O essencial do socialismo” (igualmente reproduzida adiante), que foi publicada pelo mesmo *Jornal do Fundão* em meados do ano seguinte (18 de abril de 1971). Avelãs Nunes, poucos meses depois e novamente através de *Vértice* (números 334-335, de novembro-dezembro de 1971, e 336-337, de janeiro-fevereiro de 1972), atreveu-se à tréplica – e é o conjunto desses materiais que constitui o presente livro, cuja primeira edição saiu em Coimbra, em setembro de 1972.

Como verificará o leitor dessas páginas, a tréplica de Avelãs Nunes – mantendo o tom polido, mas não tanto prudente da sua intervenção anterior... – possui outra dimensão. Se a entrevista original de Tinbergen tinha cerca de 10 páginas e o artigo de A. A. mais ou menos a mesma extensão (distribuído em 9 observações) e se “O essencial do socialismo” fora exposto em 4 páginas enxutas, na sua tréplica, de mais de 60 páginas, Avelãs Nunes expõe sua crítica em 23 tópicos. E se o faz com a elegância de sempre, agora o jovem professor esgrime seus argumentos com mais desenvoltura e os desenvolve apoiando-se em mais dados factuais e em mais expressiva (e plural) bibliografia. Na verdade, a tréplica de Avelãs Nunes tem um amplo alcance.¹² *E é precisamente este alcance que justifica plenamente a reedição, em pleno ano da graça de 2017, deste livro que, pequeno em extensão, é grande pelo seu conteúdo teórico-político.*

Ao tempo do diálogo crítico e polêmico que Avelãs Nunes entabulou com Tinbergen, o fracasso histórico do projeto social-democrata assumido pelo Prêmio Nobel holandês não estava exposto à luz do sol. A crise terminal do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), conexas ao exaurimento das “três décadas de ouro” do capitalismo, só haveria de explicitar-se na

¹² Ao longo das suas duas intervenções, Avelãs Nunes sublinha que não está desenvolvendo propriamente uma polémica com Tinbergen; penso que esta ênfase do professor de Coimbra apenas expressa a sua polidez: a meu juízo (e, naturalmente, posso estar em erro), ele efetivamente levou a cabo, aliás exitosamente, uma clara polémica com o respeitado Prêmio Nobel.

passagem dos anos 1970 aos anos 1980; e mais: a descarada conversão dos social-democratas europeus a meros gestores do tardo-capitalismo – gestores que se esmeraram em aplicar com invulgar pertinácia e subserviência o receituário das “políticas de ajuste” – ainda não se manifestara tão despidoradamente.¹³ Vale dizer: ao tempo do diálogo Tinbergen-Avelãs Nunes, um porta-voz da social-democracia ainda poderia ser ouvido como representante de uma vertente teórica e ídeo-cultural séria.¹⁴ Eis por que Avelãs Nunes dedicou a Tinbergen especial atenção.

Ao fazê-lo, num texto de poucas dezenas de páginas, Avelãs Nunes feriu vitalmente o núcleo do pensamento de Tinbergen, vulnerabilizando medularmente as teses que articulavam a concepção teórico-política do economista holandês. Nas páginas seguintes, verá o leitor que tanto as ideias especificamente social-democratas de Tinbergen (a natureza do Estado, a relação produção/distribuição, a problemática do consumo, o papel do planejamento estatal, o espaço para as reformas sócio-econômicas no marco

¹³ A social-democracia a que Tinbergen aderira em 1923, e à qual permaneceu fiel, tinha pouco a ver com a social-democracia clássica do final do século XIX – era uma social-democracia perfeitamente assimilável pela ordem do capital. Por isto mesmo, quando seus partidos importantes (como o alemão ocidental, nos anos 1950) abandonaram explicitamente qualquer conexão com inspirações marxianas e marxistas, o terreno em que se moviam já era o do puro reformismo dentro da ordem burguesa; entretanto, o giro social-democrata dos anos 1980 retirou-lhe até mesmo o *possibilismo* político de que tinham sido emblemáticos – pense-se na “terceira via” teorizada por A. Giddens e implementada por Tony Blair.

Para uma aproximação à social-democracia que aqui designo por clássica, ainda é referência a antiga e fundamental obra de F. Mehring *L’histoire de la social-démocratie allemande de 1863 à 1891* (Pantin/Paris: Les bons caracteres, 2013, 2 vols.); para suas metamorfoses no século XX, há suficiente material em G. Badia, dir., *Histoire de l’Allemagne contemporaine* (Paris: Ed. Sociales, 1987, 1-2) e, para sua relação com o *Welfare State*, cf. A. Przeworski, *Capitalismo e social-democracia* (S. Paulo: Cia. das Letras, 1989); vale também a consulta a D. Sassoon, *Cem anos de socialismo* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, 2 vols.). Para ilustrações da despudorada conversão social-democrata às “políticas de ajuste”, cf. algumas páginas de A. Callinicos, *A vingança da história* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992); para um ilustrativo depoimento social-democrata sobre uma particular (a espanhola) conversão desse gênero, cf. J. V. Sevilla Segura, *El declive de la socialdemocracia* (Barcelona: RBA, 2001), mas veja especialmente o longo e excelente *Posfácio* com que Avelãs Nunes enriqueceu a presente edição de *Do Capitalismo e do Socialismo*.

¹⁴ Seriedade de que passaram a carecer os partidos social-democratas a partir dos anos 1980. E se a degradação do pensamento (e da prática) social-democrata nos países capitalistas europeus desde então é incontestável, nas periferias e semi-periferias capitalistas é tão ou mais flagrante: a título de exemplo, veja-se o documento produzido em 1990 pelo escritório político do então senador Fernando Henrique Cardoso e apresentado pelo próprio, intitulado “A social-democracia. O que é, o que propõe para o Brasil” (acessado em 22/10/2017 em www2.psd.org.br/wp/); ou ainda um mais recente e breve documento do Instituto Teotônio Vilela (centro de estudos e formação política do *Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB*) intitulado “A social-democracia” (acessado em 22/10/2017 em itv.org.br/institucional/a-social-democracia/).

do capitalismo, o gradualismo, etc.) quanto as formulações que o ecletismo de Tinbergen incorporou de pensadores de diversas extrações teóricas (por exemplo, as hipóteses sobre a “revolução dos gerentes” e a tese da “convergência dos sistemas”) – verá o leitor que todo este heteróclito conjunto teórico e ídeo-político é dissecado por Avelãs Nunes com rigor e competência. A resultante da crítica de Avelãs Nunes (formulada num andamento modulado em prosa cristalina, isenta de floreios retóricos) é inequívoca: a congruência formal com que Tinbergen expressa as suas teses contém debilidades teóricas e históricas que não resistem a provas que as práticas sócio-econômicas do capitalismo do século XX oferecem abundantemente aos pesquisadores cuja perspectiva de análise vai além dos horizontes da ordem burguesa.

Reside aí o que, linhas acima, designei como o *conteúdo teórico-político* da crítica de Avelãs Nunes: a partir de supostos da teoria inaugurada por Marx-Engels e desenvolvida por marxistas, ele explicita as debilidades da crítica social-democrata ao capitalismo e, sobretudo, os limites das várias alternativas que ela propõe (note-se, por exemplo, como o nosso autor tangencia a questão do estatuto dos “países em desenvolvimento”), com todas as suas implicações para o âmbito das políticas sociais. Lidas quarenta e cinco anos depois de publicadas, estas páginas de *Do capitalismo e do socialismo* revelam a grandeza deste pequeno livro – revelam-se *atuais*, exatamente porque alguns núcleos temáticos de que Tinbergen se ocupou com a sua reconhecida seriedade são hoje retomados, num contexto histórico-social diverso e convenientemente a ele adequados, pelos social-democratas contemporâneos. Há que observar, por exemplo, como bem *antes* do giro que, nos anos 1980, levou a social-democracia a compatibilizar-se com o ideário politicamente antidemocrático do vulgarmente chamado *neoliberalismo*, Avelãs Nunes já enunciava os seus limites não só econômicos, mas societários (neste sentido, a crítica do jovem

professor de Coimbra foi também projetiva).

Para concluir em poucas palavras: a reedição de *Do capitalismo e do socialismo* não se deve ao prestígio que, nas décadas ulteriores, haveria de coroar o trabalho começado nos inícios dos anos 1970 – deve-se à *importância intrínseca* das páginas que novamente estão disponíveis para o leitor dos dias de hoje. Este livro não constitui apenas uma crítica ao reformismo social-democrata dos tempos em que a social-democracia ainda podia ser levada a sério: constitui também uma advertência para aqueles que, contemporaneamente, movidos por razões as mais diversas, apostam apenas em transformações “no interior da ordem” (como gostava de repetir mestre Florestan Fernandes).

Advertência tanto mais útil e atual quanto mais o tardo-capitalismo reduz o espaço para as reformas que, quando Tinbergen enunciou as ideias das quais Avelãs Nunes discrepou, ainda pareciam viáveis no horizonte do possível.

José Paulo Netto
Recreio dos Bandeirantes,
outubro de
2017.